



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA - CPASF

Apresentação: 25/03/2026 10:41:01.940 - CPASF

REQ n.15/2026

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2026 (Do Sr. Bruno Ganem – PODEMOS/SP)

Requer a realização de audiência pública na CPASF/CD para debater a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs), à luz dos riscos evidenciados pelo caso Banco Master.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, requero a Vossa Excelência a realização de audiência pública na CPASF, para debater os impactos da [Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025](#), que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs)', à luz dos riscos evidenciados pelo caso Banco Master, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, Presidente Banco Central do Brasil/ Conselho Monetário Nacional (CMN);
- Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO, Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC);
- Sr. FERNANDO SOARES, Superintendente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);



* C D 2 6 3 4 4 1 4 2 1 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

- Sr. SYLVIO DE BARROS, Diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Sr. JOÃO CARLOS FIGUEIREDO – Jundiaí/SP, Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM);
- Prof. SAMY DANA - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) & Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER).

Apresentação: 25/03/2026 10:41:01.940 - CPASF

REQ n.15/2026

JUSTIFICATIVA

A Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, define novas regras para investir os mais de R\$ 400 bilhões dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs), que cuidam das aposentadorias e pensões de cerca de 10 milhões servidores públicos segurados. Ela substituiu Resolução CMN 4.963 e impôs restrições para os investimentos. Isso parece ajudar a proteger os recursos para pagamento dos aposentados, mas dificulta em muito a gestão de investimentos que possam, na diversificação, garantir os cumprimentos das metas atuárias futuras. Ainda, surge logo após o escândalo do Banco Master, que expôs fraquezas graves de todo o mercado financeiro.

O Banco Master, controlado por Daniel Vorcaro, fechou as portas em novembro de 2025 por fraude: criou "carteiras de crédito falsas" entre outras fraudes, causando prejuízo de R\$ 47 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), ao Banco de Brasília (BRB) e a 18 RPPSs estaduais e municipais. Alguns fundos públicos, como dos estados do Rio de Janeiro e do Amapá investiram perderam até 20% de seu patrimônio em letras financeiras com juros acima do CDI, mas sem um Estudo qualificado sobre os riscos assumidos. Alertas do TCE/RJ foram ignorados.

A resolução é um passo certo para evitar novas crises como esta, exigindo governança vinculada às certificações do programa pró-gestão, mas deixou ao largo mais de 1900 RPPS, que não aderiram a certificação que nunca foi obrigatória. Mas ainda deixa dúvidas: por que regimes pequenos (70% dos municipais) enfrentam tanta burocracia para acessar opções melhores? O que faltou para a Resolução ter aumentado a segurança, sem inviabilizar a diversificação? O que se deve fazer para ajustar o texto que travou todo o mercado de investimentos dos RPPS? Uma audiência pública na CPASF/CD é o momento ideal para discutir alterações simples, como mais flexibilidade para



* C D 2 6 3 4 4 1 4 2 1 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

regimes com gestores certificados, garantindo que a poupança previdenciária dos servidores renda mais e fique seguro – afinal, isso afeta famílias de milhões de brasileiros. Convidados chave para um debate equilibrado: MPS sobre certificação Fernando Soares (CVM, fundos) Gabriel Muricca Galípolo (BC/CMN, visão geral); Sylvio de Barros (ANBIMA, rentabilidade prática); ABIPEM - RPPS reais); e Prof. Samy Dana (Insper, análise de riscos). Formato híbrido, em 15 dias, com transmissão ao vivo – assim, protegemos o futuro dos aposentados e evitamos novas crises!

Ressalto que essa audiência pública na CPASF é essencial para debater essas questões de forma aberta, propondo emendas que equilibrem prudência e eficiência, garantindo sustentabilidade atuarial.

Sala das Comissões, em 24 de março de 2026.

Deputado BRUNO GANEM
PODEMOS/SP

(P_125319)

